



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.561 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1,2 milhão de cotas ativas e 1,1 milhão de bens entregues.

No exercício a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 1.031.606 mil, correspondente a R\$ 701,77 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 3.761.599 mil, Ativos Totais de R\$ 4.749.961 mil e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.360.775 mil, com crescimento 20,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Agredecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		2016		2015	
ATIVO					
CIRCULANTE	4.707.142	3.627.856	890.350	890.350	890.350
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6).....	-	890.350	890.350	890.350	890.350
Aplicações no Mercado Aberto.....	-	-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7).....	4.638.159	2.665.328	2.665.328	2.665.328	2.665.328
Carteira Própria.....	4.638.159	2.665.328	2.665.328	2.665.328	2.665.328
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	68.975	72.137	7.667	7.667	7.667
Créditos Específicos.....	10.828	7.667	7.667	7.667	7.667
Diversos.....	58.147	64.470	64.470	64.470	64.470
OUTROS VALORES E BENS.....	8	41	41	41	41
Despesas Antecipadas.....	8	41	41	41	41
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	9.421	7.081	7.081	7.081	7.081
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	9.420	7.070	7.070	7.070	7.070
Diversos.....	9.420	7.070	7.070	7.070	7.070
OUTROS VALORES E BENS.....	1	11	11	11	11
Despesas Antecipadas.....	1	11	11	11	11
PERMANENTE.....	33.398	38.829	38.829	38.829	38.829
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	1	201	201	201	201
Outros Investimentos.....	312	312	312	312	312
Provisões para Perdas.....	(311)	(111)	(111)	(111)	(111)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10).....	426	422	422	422	422
Outras Imobilizações de Uso.....	3.307	3.886	3.886	3.886	3.886
Depreciações Acumuladas.....	(2.881)	(3.464)	(3.464)	(3.464)	(3.464)
INTANGÍVEL (Nota 11).....	32.971	38.206	38.206	38.206	38.206
Ativos Intangíveis.....	62.568	56.952	56.952	56.952	56.952
Amortização Acumulada.....	(29.597)	(18.746)	(18.746)	(18.746)	(18.746)
TOTAL.....	4.749.961	3.673.766	3.673.766	3.673.766	3.673.766

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	264.951	496.602	362.964
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7c).....	264.951	496.602	362.964
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	264.951	496.602	362.964
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	526.707	1.024.456	847.189
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 15).....	723.637	1.360.775	1.128.076
Despesas de Prestação de Serviços (Nota 16).....	(14.499)	(20.566)	(22.551)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17).....	(32.884)	(52.205)	(48.434)
Despesas Tributárias (Nota 18).....	(95.061)	(178.832)	(139.092)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19).....	26.734	49.541	37.209
Outras Despesas Operacionais (Nota 20).....	(81.220)	(128.767)	(108.019)
RESULTADO OPERACIONAL.....	791.658	1.521.058	1.210.153
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21).....	13.136	26.598	21.935
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	804.794	1.547.756	1.232.088
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b).....	(265.363)	(516.150)	(409.657)
Provisão para Imposto de Renda.....	(191.765)	(375.628)	(297.688)
Provisão para Contribuição Social.....	(73.598)	(140.522)	(111.969)
Ativo Fiscal Diferido.....	574	991	711
LUCRO LÍQUIDO.....	539.431	1.031.606	822.431
Número de cotas (Notas 14a e b).....	1.470.000.000	1.470.000.000	1.300.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	366,96	701,77	632,64

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	804.794	1.547.756	1.232.088
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	5.737	12.943	9.943
Depreciações e Amortizações.....	5.540	11.061	9.197
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	197	1.682	740
Provisão para Desvalorização de Investimentos.....	-	200	-
Perda na Venda de Imobilizado.....	-	6	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos.....	810.531	1.560.699	1.242.031
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	951.264	890.350	(105.730)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros.....	-	-	-
Derivativos.....	(1.587.864)	(1.973.601)	(843.339)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	17.857	1.846	(15.845)
Aumento em Outras Obrigações.....	(31.452)	(253)	63.500
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(128.624)	(443.210)	(331.129)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais.....	31.642	35.831	9.488
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(209)	(216)	(94)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	1	17
Aquisição de Intangível.....	(1.433)	(5.616)	(3.550)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	(1.642)	(5.831)	(3.627)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	(30.000)	(30.000)	(5.861)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.....	(30.000)	(30.000)	(5.861)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período.....	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período.....	-	-	-
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinam à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consórcios próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.995/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas de valor de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e previdenciárias, perdas por recuperação de valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para passivos com características semelhantes. Se esses preços não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados com base em dados baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

h) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

i) Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

j) Intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

• *Software*

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

m) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos		Totais
		Legal	Estatutária	Próprias	Coligadas e Controladas	
Saldos em 30.6.2016.....	1.470.000	120.345	1.637.718	-	-	3.228.063
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda.....	-	-	-	(770)	-	(770)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	539.431	539.431
Destinações: - Reservas.....	-	26.971	507.335	-	-	(534.306)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(5.125)	(5.125)
Saldos em 31.12.2016.....	1.470.000	147.316	2.145.053	(770)	-	3.761.599
Saldos em 31.12.2014.....	940.000	54.614	1.323.518	-	-	2.318.132
Aumento de Capital com Reservas.....	360.000	-	(360.000)	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	822.431	822.431
Destinações: - Reservas.....	-	41.122	773.496	-	-	(814.618)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(7.813)	(7.813)
Saldos em 31.12.2015.....	1.300.000	95.736	1.737.014	-	-	3.132.750
Aumento de Capital com Reservas.....	170.000	-	(170.000)	-	-	-
Complemento de Dividendos Exercício 2015 (1).....	-	-	(392.187)	-	-	(392.187)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda.....	-	-	-	(770)	-	(770)



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 52.568.821/0001-22
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2016 a Bradesco Consórcios não possuía saldo em aplicações interfinanceiras de liquidez (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 890.350 mil, refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI). O resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez no exercício foi de R\$ 69.071 mil (2015 - R\$ 105.730 mil).

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Carteira própria		
- Letras financeiras	990.745	895.240
- Cotas de fundos de investimentos	3.647.414	1.770.088
Total	4.638.159	2.665.328

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos (1)		
Títulos para negociação (3) -	1.864.734	133.009
- Letras financeiras do tesouro ..	-	6.251
- Certificados de depósito bancário ..	-	-
- Debêntures ..	-	834
- Letras do tesouro nacional ..	-	41.803
- Notas do tesouro nacional ..	1.862.585	-
- Letras financeiras ..	417	125.924
- Outras ..	1.732	-
Títulos disponíveis para venda (4) ..	-	-
- Letras financeiras ..	-	990.745
- Cotas de fundos de investimentos ..	-	990.745
Total em 2016 ..	1.864.734	133.009
Total em 2015 ..	515.354	94.457

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e a distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do período a Bradesco Consórcios possuía R\$ 3.647.414 mil (31 de dezembro de 2015 - R\$ 1.770.088 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
- Posição bancada ..	69.071	105.730
- Subtotal ..	69.071	105.730
- Rendas de títulos de renda ..	128.822	109.489
- Rendas de aplicações em fundos de investimentos ..	298.709	147.745
Total ..	496.602	362.964

8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1) ..	54.702	40.113
- Valores pendentes - cobrança judicial ..	9.688	7.251
- Devedores por depósitos em garantia ..	8.992	6.641
- Créditos tributários (Nota 25c) ..	3.652	2.264
- Bens retornados após encerramento de grupo ..	1.141	616
- Impostos e contribuições a compensar ..	-	22.159
- Outros adiantamentos ..	220	163
Total ..	78.395	79.207

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança.

9) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
- Certificados de investimentos - CI ..	12	12
- Investimentos audiovisuais ..	300	300
Subtotal ..	312	312
- Provisões para incentivos fiscais ..	(311)	(111)
Total geral dos investimentos ..	1	201

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Imóveis de uso:		
- Instalações, móveis e equipamentos de uso ..	10%	1.737
- Sistemas de segurança ..	10%	18
- Sistemas de processamento de dados ..	20%	1.552
Total em 2016 ..	3.307	(2.881)
Total em 2015 ..	3.886	(3.464)

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Software		
- Reserva legal (1) ..	20%	62.568
Total em 2016 ..	62.568	(29.597)
Total em 2015 ..	56.952	(18.746)

12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a eletiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	Trabalhistas	Cíveis
Fiscais e previdenciárias (1)		
No início do exercício de 2016 ..	190	2.986
- Atualização monetária ..	-	223
- Constituições líquidas de reversões e baixas ..	76	1.379
- Pagamentos ..	-	(828)
No final do exercício de 2016 (Notas 13a e b) ..	266	3.760

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar ..	181.941	236.144
Impostos e contribuições a recolher ..	17.470	14.107
Provisões para riscos - fiscais (Nota 12b) ..	199.452	37
Total ..	398.863	250.288

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados ..	374.197	251.877
Recursos pendentes cobrança judicial ..	10.828	7.867
Provisões despesas administrativas ..	9.356	8.075
Recursos pendentes de identificação ..	3.831	2.521
Provisões para riscos - cíveis (Nota 12b) ..	3.760	2.986
Provisões despesas de pessoal ..	3.306	2.661
Processos judiciais em andamento (1) ..	2.520	5.774
Provisão para pagamento a efetuar ..	1.046	964
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 12b) ..	266	190
Total ..	409.110	282.915

(1) Referem-se a processos judiciais de clientes inadimplentes.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.470.000 mil (31.12.2015 - R\$ 1.300.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.470.000.000 (31.12.2015 - 1.300.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	R\$ mil	
	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2015 ..	1.300.000.000	1.300.000
- Aumento de capital (1) ..	170.000.000	170.000
Em 31 de dezembro de 2016 ..	1.470.000.000	1.470

(1) Em 29 de abril de 2016 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 170.000 mil, elevando-o de R\$ 1.300.000 mil para R\$ 1.470.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 170.000 mil, com a criação de 170.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A. (subsidiária controlada do Banco Bradesco). Processo homologado pelo BACEN em 31 de maio de 2016.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros ..	2.292.369	1.632.750
- Reserva legal (1) ..	147.316	95.736
- Reserva estatutária (2) ..	2.145.053	1.737.014

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Conforme Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 29.4.2016, no exercício findo em 31.12.2016, houve complemento de dividendos de exercício anterior no montante de R\$ 392.167 mil.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido ..	1.031.606	822.431
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro ..	(51.580)	(41.122)
Base de cálculo ..	980.026	781.309
Dividendos propostos ..	9.800	7.813
Percentual em relação à base de cálculo ..	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas ..	6,67	6,01

(1) A Reunião da Diretoria de 15.12.2016 deliberou que os dividendos declarados em 29.4.2016 no valor de R\$ 400.000 mil, pagar R\$ 30.000 mil em 15.12.2016 e prorrogar R\$ 370.000 mil para pagamento até 30.4.2017.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Taxa de administração de grupos de consórcios ..	1.212.267	1.040.109
Taxa de permanência (1) ..	148.508	87.967
Total ..	1.360.775	1.128.076

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

16) DESPESA DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos ..	11.656	9.432
Tenelícios ..	6.315	5.756
Encargos sociais ..	5.760	5.395
Participação dos empregados nos lucros ..	2.157	1.609
Outras ..	168	359
Total ..	26.056	22.551

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depreciações e amortizações ..	11.061	9.197
Comunicações ..	10.009	10.619
Propaganda, promoções e publicidade ..	8.318	4.912
Serviços técnicos especializados ..	7.549	8.233
Contratações de terceiros ..	5.748	6.066
Processamentos de dados ..	4.720	3.794
Viagens ..	1.595	1.659
Transportes ..	983	1.092
Material ..	508	1.227
Aluguéis ..	454	463
Manutenção e conservação de bens ..	296	201
Outras ..	1.364	971
Total ..	52.205	48.434

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS ..	127.903	97.561
Impostos sobre serviços - ISS ..	24.245	20.802
Contribuição ao PIS ..	26.681	20.726
Outras ..	3	3
Total ..	178.832	139.092

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Recuperação de despesas - taxas (1) ..	45.979	35.508
Reversão de provisão ..	2.933	1.235
Outras ..	629	466
Total ..	49.541	37.209

(1) Referem-se a taxas de vistorias, gravames, cartórias, Detran e avaliação de imóveis.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Comissões sobre vendas ..	56.767	58.097
Custas ..	18.105	10.277
Taxas de transferência e alienação de bens - Detran ..	14.815	10.277
Patrocínio ..	11.348	11.285
Gravames ..	6.551	6.557



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) **Gerenciamento de riscos**
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);

- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA		
Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Vice-Presidentes Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Güther José Augusto Páncini Maurício Machado de Minas André Rodrigues Cano Marcelo de Araújo Noronha	Diretor Superintendente Eurico Ramos Fabri
		Diretor Leandro José Diniz
Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores do **Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.**
Osasco - São Paulo

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicá-lo. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a

não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 1º de março de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

SUPLEMENTOS

ECONÔMICO

Valor

Sua marca nos suplementos que geram negócios.

- ▶ Ampla variedade de temas
- ▶ Assuntos em destaque no mercado e na sociedade
- ▶ Grande exposição da marca
- ▶ Disponível também em versão digital

ANUNCIE

midakit.valor.com.br

0 **Valor Econômico** publica mais de 100 suplementos por ano. Com reportagens diferenciadas e abrangentes, os suplementos especiais do Valor abordam temas estratégicos que merecem cobertura detalhada.

Consulte nossa equipe de vendas. Anuncie.
SP (11) 3767-1012 | RJ (21) 3521-1414 | DF (61) 3717-3331

Notícias que geram negócios.

Valor Especial

Regiões - Nordeste

Pequena e papel de em polític financiam

Sábado, 31 de maio, domingo segunda-feira, 1 e 2 de junho de 2014

Valor Especial

Seguros e resseguros

Mercado continua aquecido, apesar da queda do crescimento F2

Evolução dos mercados supervisionados

Receita atual, em R\$ bilhões

Ano	Seguros	Resseguros	Combustíveis
2008	67,8	9,2	8,2
2009	76,6	10,1	8,2
2010	90,0	11,7	9,6
2011	105,0	14,0	10,1
2012	129,3	16,5	11,6

Foco no equilíbrio



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.561 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1,2 milhão de cotas ativas e 1,1 milhão de bens entregues.

No exercício a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 1.031.606 mil, correspondente a R\$ 701,77 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 3.761.599 mil, Ativos Totais de R\$ 4.749.961 mil e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.360.775 mil, com crescimento 20,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	4.707.142	3.627.856	CIRCULANTE	983.038	537.072
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	-	890.350	OUTRAS OBRIGAÇÕES	983.038	537.072
Aplicações no Mercado Aberto	-	890.350	Sociais e Estatutárias	379.800	7.813
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7)	4.638.159	2.665.328	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	199.452	250.288
Carteira Própria	4.638.159	2.665.328	Diversas (Nota 13b)	403.786	278.971
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	68.975	72.137			
Créditos Específicos	10.828	10.828	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.324	3.944
Diversos	58.147	64.270	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.324	3.944
OUTROS VALORES E BENS	8	41	Diversas (Nota 13b)	5.324	3.944
Despesas Antecipadas	8	41			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.421	7.081	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	3.761.599	3.132.750
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	9.420	7.070	Capital:		
Diversos	9.420	7.070	- De Domiciliados no País	1.470.000	1.300.000
OUTROS VALORES E BENS	1	11	Reservas de Lucros	2.292.369	1.832.750
Despesas Antecipadas	1	11	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(770)	-
PERMANENTE	33.398	38.829			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	1	201			
Outros Investimentos	1	201			
Provisões para Perdas	312	312			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	(311)	(111)			
Outras Imobilizações de Uso	426	422			
Depreciações Acumuladas	3.307	3.886			
INTANGÍVEL (Nota 11)	(2.881)	(3.464)			
Ativos Intangíveis	32.971	38.206			
Amortização Acumulada	62.568	56.952			
	(29.597)	(18.748)			
TOTAL	4.749.961	3.673.766	TOTAL	4.749.961	3.673.766

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	264.951	496.602	362.964
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7c)	264.951	496.602	362.964
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	264.951	496.602	362.964
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	526.707	1.024.456	847.189
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	723.637	1.360.775	1.128.076
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(14.499)	(26.056)	(22.551)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(32.884)	(52.205)	(48.434)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(95.061)	(178.832)	(179.092)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	26.734	49.541	49.541
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(81.220)	(128.767)	(108.019)
RESULTADO OPERACIONAL	791.658	1.521.058	1.210.153
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	13.136	26.698	21.935
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	804.794	1.547.756	1.232.088
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(265.363)	(516.150)	(409.657)
Provisão para Imposto de Renda	(191.765)	(375.628)	(297.688)
Provisão para Contribuição Social	(74.172)	(141.513)	(112.680)
Ativo Fiscal Diferido	574	991	711
LUCRO LÍQUIDO	539.431	1.031.606	822.431
Número de cotas (Notas 14a e b)	1.470.000.000	1.470.000.000	1.300.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	366,96	701,77	632,64

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	804.794	1.547.756	1.232.088
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	5.737	12.943	9.943
Depreciações e Amortizações	5.540	11.061	9.197
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	197	1.682	740
Provisão para Desvalorização de Investimentos	-	200	-
Perda na Venda de Imobilizado	-	-	6
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	810.531	1.560.699	1.242.031
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	951.264	890.350	(105.730)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.587.864)	(1.973.601)	(843.339)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	17.857	1.846	(15.845)
Aumento em Outras Obrigações	(31.452)	(253)	63.500
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(128.694)	(443.210)	(331.129)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	31.642	35.831	9.488
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(209)	(216)	(94)
Aquisição de Imobilizado de Uso	1	11	-
Aquisição de Intangível	(1.433)	(5.616)	(3.550)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(1.642)	(5.831)	(3.627)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(30.000)	(30.000)	(5.861)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(30.000)	(30.000)	(5.861)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período	-	-	-
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento.

São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.175.743	12.083.018	CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	13.175.743	12.083.018
Depósitos Bancários	-	6	Obrigações com Consorciados	4.982.171	4.583.181
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 22)	5.821.482	5.557.295	Valores a Repassar	81.087	66.477
Aplicações Financeiras	1.057.339	939.695	Obrigações por Contemplações a Entregar	4.764.143	4.617.601
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	4.764.143	4.617.600	Recursos a Devolver a Consorciados	2.284.998	1.911.796
OUTROS CRÉDITOS	7.354.261	6.525.717	Recursos dos Grupos	1.063.344	903.963
Direitos junto a Consorciados Contemplados	7.335.755	6.514.376	COMPENSAÇÃO	50.588.425	45.357.884
Normais	7.135.959	6.353.834	Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	537.663	485.083
Em Atraso	42.220	39.488	Contribuições Devidas ao Grupo	26.497.404	23.659.786
Em Cobrança Judicial	157.576	120.954	Valor dos Bens a Contemplar	23.553.358	21.213.015
Bens Retornados	18.506	11.341	TOTAL	63.764.168	57.440.902
COMPENSAÇÃO	50.588.425	45.357.884			
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	537.663	485.083			
Contribuições Devidas ao Grupo	26.497.404	23.659.786			
Valor dos Bens a Contemplar	23.553.358	21.213.015			
TOTAL	63.764.168	57.440.902			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.704.056	5.557.301	4.894.963
Depósitos Bancários	-	6	-
Aplicações Financeiras	984.663	939.695	761.805
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	4.719.393	4.617.600	4.133.158
(+) RECURSOS COLETADOS	5.333.690	10.196.484	8.987.440
Contribuições para Aquisição de Bens	4.126.256	7.908.437	7.015.340
Taxa de Administração	610.124	1.151.793	988.936
Contribuições ao Fundo de Reserva	122.066	233.707	206.921
Rendimentos de Aplicações Financeiras	233.356	460.801	403.505
Multas e Juros Moratórios	15.989	31.743	27.815
Prêmios de Seguro	97.983	189.712	168.032
Custas Judiciais	9.621	17.048	6.973
Outros	118.295	203.243	169.918
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(5.216.264)	(9.932.303)	(8.325.102)
Aquisição de Bens	(4.008.125)	(7.662.328)	(6.477.608)
Taxa de Administração	(629.173)	(1.182.751)	(1.015.550)
Multas e Juros Moratórios	(7.951)	(15.829)	(13.879)
Prêmios de Seguro	(98.775)	(191.067)	(169.754)
Custas Judiciais	(9.642)	(17.000)	(6.982)
Seguros Contratados - Quebra de Garantia	(56.102)	(104.773)	(116.199)
Devolução a Consorciados Desligados	(260.420)	(499.773)	(392.229)
Outros	(146.076)	(258.782)	(132.901)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	5.821.482		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

m) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2016 a Bradesco Consórcios não possuía saldo em aplicações interfinanceiras de liquidez (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 890.350 mil, refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI). O resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez no exercício foi de R\$ 69.071 mil (2015 - R\$ 105.730 mil).

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Carteira própria		
- Letras financeiras	990.745	895.240
- Cotas de fundos de investimentos.....	3.647.414	1.770.088
Total	4.638.159	2.665.328

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação (3)	1.864.734	133.009	226.868	1.422.803	3.647.414	3.647.414	-	2.665.328
Letras financeiras do Tesouro	-	6.251	57.219	1.261.275	1.324.745	1.324.745	-	843.919
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	46.452
Debêntures	-	834	41.803	11.291	53.928	53.928	-	53.190
Letras do tesouro nacional	-	-	-	15.724	15.724	15.724	-	11.473
Notas do tesouro nacional	1.862.585	-	985	105.897	1.969.467	1.969.467	-	490.091
Letras financeiras	417	125.924	126.861	28.075	281.277	281.277	-	1.218.163
Outras	1.732	-	-	541	2.273	2.273	-	2.040
Títulos disponíveis para venda (4)	-	-	-	990.745	990.745	991.912	(1.167)	-
Letras financeiras	-	-	-	990.745	990.745	991.912	(1.167)	-
Total em 2016	1.864.734	133.009	226.868	2.413.548	4.638.159	4.639.326	(1.167)	2.665.328
Total em 2015	515.354	94.457	997.560	1.057.957				

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do período a Bradesco Consórcios possuía R\$ 3.647.414 mil (31 de dezembro de 2015 - R\$ 1.770.088 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	69.071	105.730
Subtotal	69.071	105.730
Rendas de títulos de renda fixa	128.822	109.489
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	298.709	147.745
Total	496.602	362.964

8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1)	54.702	40.113
Valores pendentes - cobrança judicial	9.688	7.251
Devedores por depósitos em garantia	8.992	6.641
Créditos tributários (Nota 25c)	3.652	2.264
Bens retornados após encerramento do grupo	1.141	616
Impostos e contribuições a compensar	-	22.159
Outros adiantamentos	220	163
Total	78.395	79.207

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança.

9) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
- Certificados de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais	(311)	(111)
Total geral dos investimentos	1	201

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2016	2015
Móveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.737	(1.501)	236	311
Sistemas de segurança	10%	18	(16)	2	3
Sistemas de processamento de dados	20%	1.552	(1.364)	188	108
Total em 2016		3.307	(2.881)	426	
Total em 2015		3.886	(3.464)		422

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	Taxa anual	Custo	Amortização	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2016	2015
Software	20%	62.568	(29.597)	32.971	38.206
Total em 2016		62.568	(29.597)	32.971	
Total em 2015		56.952	(18.746)		38.206

12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2016	190	2.986	37
Atualização monetária	-	223	4
Constituições líquidas de reversões e baixas	76	1.379	-
Pagamentos	-	(828)	-
No final do exercício de 2016 (Notas 13a e b)	266	3.760	41

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	181.941	236.144
Impostos e contribuições a recolher	17.470	14.107
Provisões para riscos - fiscais (Nota 12b)	-	41
Total	199.452	250.288

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	374.197	251.877
Recursos pendentes cobrança judicial	10.828	7.867
Provisões despesas administrativas	9.356	8.075
Recursos pendentes de identificação	3.831	2.521
Provisões para riscos - cíveis (Nota 12b)	3.760	2.986
Provisões despesas de pessoal	3.306	2.661
Processos judiciais em andamento (1)	2.520	5.774
Provisão para pagamento a efetuar	1.046	964
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 12b)	266	190
Total	409.110	282.915

(1) Referem-se a processos judiciais de clientes inadimplentes.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.470.000 mil (31.12.2015 - R\$ 1.300.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.470.000.000 (31.12.2015 - 1.300.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil
	2016	2015	
Em 31 de dezembro de 2015	1.300.000.000	1.300.000	
Aumento de capital (1)	170.000.000	170.000	
Em 31 de dezembro de 2016	1.470.000.000	1.470.000	

(1) Em 29 de abril de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Depreciações e amortizações.....	11.061	9.197
Comunicações.....	10.009	10.619
Propaganda, promoções e publicidade.....	8.318	4.912
Serviços técnicos especializados.....	7.549	8.233
Contribuições filantrópicas.....	5.748	6.066
Processamentos de dados.....	4.720	3.794
Viagens.....	1.595	1.658
Transportes.....	1.393	1.092
Material.....	508	1.227
Aluguéis.....	454	463
Manutenção e conservação de bens.....	296	201
Outras.....	964	971
Total	52.205	48.434

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Contribuição à COFINS.....	127.903	97.561
Impostos sobre serviços - ISS.....	24.245	20.802
Contribuição ao PIS.....	26.681	20.726
Outros.....	3	3
Total	178.832	139.092

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Recuperação de despesas - taxas (1).....	45.979	35.508
Reversão de provisões.....	2.933	1.235
Outras.....	629	466
Total	49.541	37.209

(1) Referem-se a taxas de vistorias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Comissões sobre vendas.....	56.767	58.097
Custas.....	18.105	-
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran.....	14.815	10.279
Patrocínio.....	11.348	11.285
Gravames.....	6.551	6.557
Despesas financeiras (1).....	3.927	2.589
Vistoria.....	3.426	2.726
Ações de reconhecimento (2).....	3.121	4.764
Taxa de avaliação.....	2.928	2.085
Provisões civis.....	1.602	603
Perdas por fraude.....	828	2.710
Outras.....	5.349	6.324
Total	128.767	108.019

(1) Referem-se à atualização da taxa Selic sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social pagos em março de 2016; e

(2) Referem-se a premiações pagas por metas de cotas vendidas.

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Taxas (1).....	25.555	20.028
Descontos obtidos.....	1.336	1.906
Provisão para perdas em investimentos.....	(200)	-
Outras.....	7	1
Total	26.698	21.935

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências e substituição.

22) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 5.821.482 mil (2015 - R\$ 5.557.295 mil), estão compostas por cotas de fundos referenciadas DI.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimentos - Banco Bradesco S.A., no exercício de 2016 foi de R\$ 151.424 mil (2015 - R\$ 137.952 mil).

23) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Grupos em andamento.....	3.561	3.590
Grupos encerrados.....	2.740	2.113
Bens entregues nos exercícios.....	191.491	166.072
Bens entregues totais.....	1.101.279	910.041
Consorticiados ativos.....	1.284.082	1.194.015
Desistentes e cancelados nos exercícios.....	230.114	191.875
Consorticiados contemplados (1).....	685.247	625.628
Bens pendentes de entrega.....	71.927	69.256
Taxa média de inadimplência (2).....	3,78%	3,95%

(1) Em 2016 e 2015 foram considerados somente consorticiados de grupos em andamento; e

(2) Em 2016 e 2015 o % de inadimplência refere-se a consorticiados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na data-base.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controlador	
	2016	2015
Ativos		
Aplicações no mercado aberto.....	-	890.350
Títulos e valores mobiliários.....	991.913	895.240
Passivos		
Dividendos a pagar.....	379.800	7.813
		Exercícios findos em
		31 de dezembro - R\$ mil
		Controlador
		2016
		2015
Receitas de intermediação financeira.....	197.894	215.219
Outras despesas operacionais.....	(453)	(463)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.300 mil (2015 - R\$ 1.500 mil) para remuneração dos administradores e de R\$ 1.300 mil (2015 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores do
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	2.155	1.377
Contribuição ao INSS.....	431	275
Total	2.586	1.652

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.218	1.340
Total	1.218	1.340

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.547.756	1.232.088
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(526.237)	(418.910)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(7.375)	(6.149)
Outros valores.....	17.462	15.401
Imposto de renda e contribuição social do período	(516.150)	(409.657)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(517.141)	(410.368)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias.....	991	711
Imposto de renda e contribuição social do período	(516.150)	(409.657)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			Saldo em 31.12.2016
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas.....	77	27	-	104
Provisão para contingências civis.....	1.015	762	499	1.278
Provisão para perda de investimento.....	41	68	-	109
Outros (1).....	1.131	1.345	712	1.764
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.264	2.202	1.211	3.255
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	-	397	-	397
Total dos créditos tributários (Nota 8)	2.264	2.599	1.211	3.652

(1) Refere-se essencialmente à provisão de marketing, pagamentos a efetuar e bonificações de dirigentes.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017.....	581	209	-	790
2018.....	797	287	-	1.084
2019.....	797	287	-	1.084
2020.....	219	78	-	297
Total	2.394	861	-	3.255

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 3.085 mil (2015 - R\$ 2.179 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA		
Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Vice-Presidentes Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Gliúher José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas André Rodrigues Cano Marcelo de Araújo Noronha	Diretor Superintendente Eurico Ramos Fabri
Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6		

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 1º de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Sumário Caderno Empresarial 2